

Raro consenso político faz avançar pauta econômica



Celebração. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reuniu-se ontem com o presidente da Câmara, Arthur Lira (ao centro, atrás de Lula), e parlamentares da base no Alvorada, incluindo o relator da Reforma Tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

NOVO SISTEMA DE IMPOSTOS

VITÓRIA DO CONSENSO

Agenda econômica avança, e Reforma Tributária vai ao Senado

VICTÓRIA ABEL, JULIANA CAUSIN, IVAN MARTÍNEZ-VARGAS, JOÃO SORIMA NETO E LETYCIA CARDOSO

A Câmara dos Deputados concluiu ontem a votação da Reforma Tributária, um tema cujas discussões se arrastam há décadas no Congresso. Num raro consenso político e num contexto de acirrada polarização do país, os deputados aprovaram um novo regime que vai simplificar a cobrança de impostos, unificar tributos e acabar com a diferenciação de alíquotas entre estados e municípios do país.

Logo após o fim da votação em segundo turno da Reforma Tributária, a Câmara deu aval a outro projeto importante da pauta econômica do governo: a mudança no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que a partir de agora dará vantagem à União nos julgamentos sobre disputas tributárias que terminarem empatadas (*leia mais na página 14*). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), previu para agosto a conclusão da votação do arcação fiscal, outro tema prioritário

para o Ministério da Fazenda e sob o qual já há consenso.

Com a pauta econômica avançando na Câmara, a tendência é que o Senado endosse a Reforma Tributária com alguns ajustes apenas.

— (A reforma) não é do governo ou de oposição. É do país, nasceu no Congresso e pertence ao povo brasileiro — afirmou Lira, em entrevista à GloboNews.

Depois das votações, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu Lira e outros deputados no Palácio da Alvorada.

A importância da reforma foi exaltada por especialistas e empresários, que destacaram a oportunidade para a economia brasileira aumentar sua produtividade. Economista-chefe do Santander Brasil e ex-secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi destacou que será preciso convergência política também para implementar as mudanças previstas na reforma, com prazo de transição até 2033. Ela ressaltou ainda que a reforma tornará o sistema tributário mais justo, sustentável e transparente, além de melhorar a percepção sobre o país no exterior.

Márcio de Lima Leite, presidente da Anfavea, que reúne as montadoras do país, destacou que a reforma será fundamental para atrair mais investimentos e reduzir custos da indústria:

— É inédita no mundo, em países democráticos, a aprovação de uma reforma dessa dimensão. Se é perfeita ou se tem detalhes que poderia melhorar, a questão é que mostra um amadurecimento do país. Acredito no aumento de investimentos e em previsibilidade.

Leite disse que não espera redução da carga tributária, mas dos gastos para administrar esses impostos:

— São R\$ 4 bilhões só com essa administração. É uma renda que poderia ser aplicada em pesquisa e formação de pessoal.

CLIMA FAVORÁVEL

A reforma segue agora para o Senado, onde o clima para a sua aprovação é amplamente favorável. Ainda assim, parlamentares já se preparam para pedir alterações no texto da proposta de emenda à Constituição (PEC). A principal modificação, que mobi-

liza, inclusive, senadores da base do governo, é a composição do Conselho Federativo, que vai gerir os recursos arrecadados com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que vai fundir ICMS e ISS. Estados do Norte e Nordeste classificaram de injusta a solução articulada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, com o argumento de que beneficia estados mais ricos do Sul e Sudeste.

A Câmara acatou um pedido de Tarcísio e outros governadores de Sul e Sudeste, para incluir a regra que prevê que o grupo de estados vencedor em deliberações precisará representar 60% da população brasileira. Caso a maioria da população esteja com o grupo perdedor, este poderá ter poder devoto. Dessa forma, argumentam os governadores de Norte e Nordeste, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro teriam sempre a preferência nas decisões do conselho.

— O Senado quer muito a reforma, mas vai ter que aperfeiçoar alguns aspectos, como os critérios de distribuição do Conselho Federativo — afirmou o líder da maioria, Re-

nan Calheiros (MDB-AL).

Diferentemente da Câmara, onde o número de deputados é proporcional à população dos estados, o Senado tem três representantes para cada ente da federação, igualando-os nas tomadas de decisão. O Conselho Federativo será composto pelos 27 estados, mais o Distrito Federal e o conjunto de municípios. Já os senadores de oposição vão cobrar uma análise mais criteriosa dos impactos da reforma no bolso da população. Além de requisitar simulações ao governo, eles querem audiências públicas com especialistas.

— O PL é a favor da reforma, mas vamos exigir que sejam apresentados impactos e simulações. O mais importante é entender o impacto sobre o consumidor — disse o líder do PL, Carlos Portinho (RJ).

Os senadores ainda querem incluir na PEC os detalhes de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional, que vai compensar possíveis perdas dos estados e municípios com amendação do sistema de impostos. A proposta da Câmara estabelece que a defini-

ção seja feita por um projeto de lei complementar. Mas muitos parlamentares querem que os critérios sejam assegurados na Constituição.

A tramitação no Senado vai começar pela Comissão de Constituição e Justiça, chefiada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). O relator ainda não foi designado.

AUTONOMIA DE ESTADOS

A reforma prevê a possibilidade de os estados alterarem sua parcela na alíquota do imposto único. Isso porque ela será dividida em três partes, uma para cada nível de poder público: União, estado e município. Essas parcelas poderão ser alteradas.

Por exemplo, considerando valores fictícios, se a alíquota nacional padrão for definida em 25%, cerca de 9% serão direcionados para a União, 14%, para o estado onde o imposto é cobrado, e 2%, para o município onde a compra está sendo efetuada. Esses números serão estabelecidos como referência, mas estados e municípios poderão aumentar ou diminuir sua própria parcela.

Um estado, por exemplo, pode optar por uma alíquota de 15%. Com isso, a população daquele estado pagaria um imposto total de 20%. Será possível também usar uma alíquota menor, de 13%, por exemplo. O imposto naquele estado ficaria, então, em 24%.

Para o relator da reforma, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), isso não acarretará uma guerra fiscal entre estados porque não seria possível adotar uma alíquota menor para apenas um setor, como ocorre hoje.

A alíquota-base ainda não foi definida, mas o próprio secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, admite que as diversas exceções incluídas no texto podem elevar o percentual (*leia mais na página 13*).

O QUE FALTA DEFINIR

Alíquota única

A alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, dividido em CBS (impostos federais) e BS (estadual e municipal), ainda não foi definida. O percentual será fixado em lei complementar e vai depender de cálculos do Ministério da Fazenda, já que a arrecadação precisa ser igual à de hoje. O secretário da Reforma Tributária, Bernard Appy, estima a alíquota em 25%, mas admite que as exceções inseridas no texto poderão elevar esse número.

Fundo de desenvolvimento

Apesar da pressão dos estados, os critérios de divisão dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional não deverão ser incluídos na proposta. A alternativa de estabelecer esses critérios no texto, como tamanho da população, por exemplo, perdeu força. Por isso, esses critérios serão determinados por lei complementar, mais fácil de ser aprovada em relação a uma reforma, que altera a Constituição.

Cesta básica nacional

No texto da Reforma Tributária, o relator da PEC, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), incluiu a criação de uma nova cesta básica nacional de alimentos, que será totalmente isenta de impostos. Inicialmente, a proposta era uma redução de 60% na alíquota desses produtos. A definição de quais alimentos farão parte dessa cesta também ficou para o futuro. A lista será feita posteriormente, por meio de lei complementar.

AS MUDANÇAS DE ÚLTIMA HORA

Estados poderão criar impostos

Uma alteração feita de última hora permitiu que os estados criem um imposto sobre produtos primários e semielaborados que forem produzidos nos seus respectivos territórios, em substituição à contribuição a fundos estaduais. Os recursos serão destinados a par investimento em obras de infraestrutura e habitação. Essa permissão teria sido um pleito do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil).

Mais exceções

O projeto foi alterado para acrescentar itens à lista de produtos que terão redução na alíquota. Entraram na relação dispositivos médicos e de acessibilidade para pessoas com deficiência; medicamentos e produtos de cuidados básicos à saúde; menstrual; bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional; segurança da informação e cibernética; produções artísticas, culturais, jornalísticas, audiovisuais e atividades desportivas.

Conselho Federativo

A reforma criou o Conselho Federativo, que será responsável por centralizar a arrecadação do futuro IBS. A composição e o peso de decisão de cada estado no órgão era alvo de críticas dos governadores. Atendendo ao pleito dos gestores de Sul e Sudeste, as deliberações serão tomadas nos estados com a maioria absoluta de seus representantes e de representantes que correspondam a mais de 60% da população do país.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 11